



(União de Agricultores e Baldios do Distrito de Aveiro)

Exmos Srs.:
Governo e Ministério da Agricultura e Alimentação
Comissão da Agricultura na Assembleia da República
Partidos com assento parlamentar
Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral

MEDIDAS URGENTES

Os produtores de leite e de carne não aguentam mais! Anos de desprezo por parte de sucessivos Governos destruíram mais de 70 mil explorações leiteiras, só no distrito de Aveiro foram 2000, e no ano de 2022 encerraram perto de 200 explorações, pondo em causa a capacidade de manter o sector como excedentário em leite em natureza, de garantir a viabilidade das explorações e garantir rendimentos justos para os produtores.

Mais de 30 anos de PAC, o fim das quotas leiteiras, anos consecutivos de baixos preços à produção, elevados custos para produzir e lucros que só acumulam na conta dos grupos económicos, deixaram o sector em ruínas.

Os agricultores do distrito de Aveiro, descontentes com a situação dramática de falta de condições vivida diariamente pelo sector, e tendo em conta a actual situação económica da pequena e media Agricultura Familiar, reunidos em protesto em Aveiro, frente à Agrovouga, reclamam medidas urgentes, em defesa da Produção Nacional, por rendimentos dignos para os produtores e contra o aumento do custo de vida.

Assim, os agricultores reclamam:

1. Condições para escoamento da produção de leite, carne, fruta e hortícolas a preços justos, através da criação de uma lei que proíba que os compradores paguem aos agricultores abaixo dos custos de produção;
2. Regulação e fiscalização da actividade da grande distribuição e controlo das importações desnecessárias, promotoras de concorrência desleal;
3. Criação de mecanismos de regulação que imponham limites máximos nos preços dos factores de produção para travar a especulação e a escalada brutal do custo de tudo o que necessitamos para produzir (gasóleo, electricidade, fertilizantes, rações e máquinas). Se necessário, o Ministério deve comprar estes produtos e distribuí-los, a preço justo, preferencialmente aos pequenos e médios Agricultores;
4. Aumento dos descontos em vigor para o gasóleo agrícola, garantindo que os agricultores não pagam mais que em Janeiro 2021;

5. Concretização, de uma vez por todas e de uma forma plena e estruturada, das medidas preconizadas no Estatuto da Agricultura Familiar;
6. Defesa da soberania alimentar do país;
7. Um Ministério da Agricultura reforçado de meios, e integrando as áreas das Florestas e do Desenvolvimento Rural, para dar resposta aos problemas estruturais do sector;
8. Apoio técnico e financeiro da parte do Ministério que permita o desenvolvimento das pequenas e médias explorações familiares;
9. Linhas de crédito altamente bonificado, a longo prazo e com carência do início do pagamento, mesmo para reestruturar dívidas existentes;
10. Acesso dos pequenos agricultores, com majorações significativas, aos apoios nacionais e comunitários de forma a pôr fim a uma injustiça histórica, em que os apoios – antecipados ou não – vão sempre para os mesmos e excluem os mais pequenos, que são quem mais deles precisa.

Aveiro, 17 de Novembro de 2023